



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE-PARÁ
CNPJ: 04.838.496/0001-28

HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

A história da maioria dos municípios da Amazônia, ainda é envolto em algumas incertezas, e Monte Alegre não é diferente, a maioria dos estudos históricos é baseada em pesquisas feitas por relatos de antigos moradores deste município e estudiosos que realizaram suas atividades há muito tempo atrás, e não obstante são tomados como base, para os trabalhos mais recentes, não se pode é claro, desmerecer os historiadores do passado, mas temos que ter a clareza e o bom senso dos fatos aqui escritos, que muitas dessas afirmações são baseadas apenas em divulgações e entrevistas orais, que vão passando de geração para geração, e muitas vezes distorcendo os fatos verdadeiro .

O desprezo pelo zelo da história de Monte Alegre, não é de agora, documentos importantes de nossa história se perderam ao longo do tempo, por não haver conservação nem interesse para isso. Se hoje um historiador viesse à sede do município para fazer uma pesquisa, que embasasse uma história consistente e verdadeira, não encontraria muita coisa conservada, o máximo que seria encontrado seriam alguns registros no cartório local da cidade, alguns documentos religiosos e talvez alguns documentos na Prefeitura Municipal, mas, nada que remetesse aos primórdios de nossa história.

O relato da história do município de Monte Alegre, feito neste site, é baseado, em historiadores e estudiosos da história regional do Pará. E sempre nos remeteremos à fonte de consulta, para repartir, assim, responsabilidade, sobre a veracidade dos fatos.

Assim podemos dizer que se desconhece, com precisão, a data da fundação do núcleo que originou a atual sede do município de Monte Alegre, localizado na zona do Baixo-Amazonas. Quanto ao seu fundador, há divergências. Segundo tradição, foi criado pelos Padres da Piedade, juntamente com os índios da aldeia de Gurupatuba, situada à margem do rio do mesmo nome. Entretanto, o relatório datado de **1751**, do **Bacharel João Antônio Diniz da Cruz Pinheiro**, que inspecionou as missões da Amazônia, afirma que àquela fora fundada pelos Capuchos de São José, pertencentes à mesma ordem Franciscana dos Padres da Piedade, porém, de outra província religiosa.

Neste contexto o município de Monte Alegre representa uma das mais antigas fundações urbanas da Amazônia, cuja a sua origem antecede a própria ocupação da região pelos colonizadores lusitanos. Os estudos do historiador Arthur César Ferreira Reis (1942), que também identificou o primeiro estrangeiro a explorar a região, Francisco Orellana, em 1540, em sua viagem de descida pelo **Rio Amazonas** seguindo a direção do **Baixo Médio Amazonas**.

No século XVII, preocupado com a presença constante de invasores estrangeiros, o governo português enviou várias expedições à Amazônia, a fim de combatê-los. Uma dessas expedições, comandada por Francisco Caldeira Castelo Branco, fundou a atual cidade de Belém, capital do Estado do Pará, no ano de **1616**. A partir de Belém foram organizadas outras



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE-PARÁ
CNPJ: 04.838.496/0001-28

expedições que subiram o Rio Amazonas, a fim de expulsar os invasores. Em 1639, os primeiros colonizadores portugueses chegaram a região do Médio Amazonas, integrando à expedição comandada pelo **capitão Pedro Teixeira**. O primeiro local a ser visitado foi o **aldeamento de Gurupatuba**, localizado à margem do rio de mesmo nome, cuja **denominação foi herdada dos índios Gurupatubas**, antigos habitantes da região.

A catequese dos índios Gurupatubas foi realizada pelos missionários, notadamente por Jesuítas e Carmelitas, sendo que a Companhia de Jesus chegou a estabelecer um posto de catequese nas aldeias, o qual, por sua importância chegou a representar a capital das missões do Baixo e Médio Amazonas. A comunidade Montealegrense resultou, inicialmente, da formação de aldeamentos indígenas com a presença de missionários e nativos. Os missionários católicos jesuítas, Mercedários e Carmelitas, a quem fora entregue a catequese, permitiram anos mais tarde o assentamento de outros indivíduos como lusitanos e brasileiros que se juntaram em comunhão de serviços com os indígenas aldeados, pertencentes a tribo dos Gurupatubas. Os escravos em número reduzido, somente muito depois é que vieram juntar-se àquele contingente humano. Dessa forma a comunidade emergia, paulatinamente, definindo seu perfil demográfico e social, de conformidade com suas condições sócio-históricas.

Em 27 de fevereiro de 1758, o aldeamento Gurupatuba foi elevado à condição de vila, por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capitão-General do Grão Pará, irmão de Marquês de Pombal. Mais tarde, com o objetivo de homenagear um pequeno povoado existente no norte de Portugal, Mendonça Furtado substituiu o nome de Gurupatuba por Monte Alegre.

Devido ao bom clima ali existente, Monte Alegre muito se desenvolveu no período colonial, contribuindo, também, uma olaria que fabricava telhas e tijolos, construída em 1765 pelo Tenente Manoel Lobo de Almada, então Diretor da Vila.

Durante todo o período do Império, Monte Alegre alternou épocas de desenvolvimento com épocas de dificuldades econômicas. Sua economia baseou-se na produção agrícola (notadamente o cacau, um dos principais produtos de exportação), na pesca e na pecuária. Além disso a vila de **Monte Alegre tornou-se famosa pela produção de cuias pintadas, responsável pela denominação de "pinta cuias"**, que ainda permanece, para os naturais do município.

No século XIX, a disseminação, por todo o mundo, dos ideais que nortearam a Revolução Francesa (liberdade, igualdade e fraternidade) e o desejo de mudança nas estruturas sociais chegou a Monte Alegre, onde a maioria da população, que era de origem indígena, vivia subjugada à minoritária elite social, constituída essencialmente pelos portugueses (como



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE-PARÁ
CNPJ: 04.838.496/0001-28

fazendeiros de gado, plantadores de cacau e madeiros) num processo de dominação injusta e cruel. Dessa forma, entre os anos de 1835 a 1837, **Monte Alegre participou ativamente da Cabanagem**, o único movimento revolucionário através do qual o povo brasileiro chegou efetivamente ao poder, foi desencadeada na Província do Grão-Pará, no período de 1833 a 1840. Àquela época, embora o Brasil já estivesse independente há mais de uma década, no norte do país, mais precisamente no Pará, os portugueses agiam como se a nação brasileira ainda fosse colônia de Portugal, causando profundo mal-estar e descontentamento na população nativa, notadamente nos mais pobres, que residiam nas periferias da capital e nas regiões ribeirinhas. Estes viviam em habitações extremamente modestas, cobertas de palhas e denominadas “cabanas”. Assim, a principal causa da revolta era o antagonismo entre portugueses e brasileiros, fomentador de um crescente sentimento de ódio aos dominadores, aliado a um forte sentimento nacionalista. Com a explosão do movimento revolucionário na capital da Província, precipitado pela morte prematura do cônego Batista Campos - mentor intelectual da Cabanagem – Monte Alegre passou a viver dias de agitação, assumindo a segurança da vila o capitão-mor Antônio Clemente Malcher (ironicamente, primo do primeiro presidente cabano, Félix Antônio Clemente Malcher, um Montealegrense), que comandava a terceira Companhia da Guarda Nacional. Sob o comando de Antônio Malcher, Monte Alegre preparou-se para a luta armada, guarnecendo a vila para enfrentar um possível ataque dos rebeldes cabanos, além de enviar uma expedição à Belém, para apoiar as forças “legalistas”. A seguir, aliou-se à Santarém, onde funcionava a Comarca do baixo Amazonas, cujo juiz de direito – Dr. Joaquim Rodrigues de Souza – assumiu a defesa da região, promovendo as ações necessárias à manutenção “da ordem e da legalidade”, em todo o Baixo Amazonas. O clima de tensão perdurou por todo o ano de 1835. Todavia, o esperado ataque a Monte Alegre não aconteceu, apesar das ondas de boatos que davam conta da presença cabana, às proximidades. O estado de tensão atingiu o clímax no final daquele ano, quando foi descoberto o plano cabano para tomar de assalto a vila, na noite de Natal. Com a prisão dos mentores da pretensa invasão – Hilário Inácio Pereira, José Pires, Alexandre Sanhes de Brito, Isidrio Antônio Raiol e Teodoro Ruiz Vieira – imaginaram os Montealegrenses que o perigo havia passado. Todavia, na madrugada de 28 de fevereiro de 1836, depois de ocuparem Breves e Gurupá, os cabanos finalmente atacaram Monte Alegre.

A primeira vítima foi o capitão Antônio Clemente Malcher, seguindo-se a execução de inúmeros moradores. Monte Alegre, da mesma forma que as demais vilas do Alto e Baixo Amazonas, estava sob o domínio cabano. Durante a ocupação, o governo da Província era exercido por Eduardo Angelim, que foi o terceiro presidente cabano. Os rebeldes de Monte Alegre, estando no poder, reuniram a câmara local e impuseram o reconhecimento de Angelim como presidente da Província. A vitória cabana, àquela altura, estava consumada. A partir de M. Alegre, os rebeldes, cada vez mais fortalecidos com a chegada de novos adeptos à causa, desencadeavam expedições aos núcleos que ainda opunham alguma resistência à dominação



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE-PARÁ
CNPJ: 04.838.496/0001-28

cabana. Entretanto, na capital, aumentava cada vez mais a resistência à Revolução Cabana. Em abril de 1836, à frente de um forte aparato militar, o general Francisco José Soares Andréa conseguia depor Eduardo Angelim e retomar o governo da Província. Da mesma maneira, o Alto e o Baixo Amazonas também iniciavam sua reação, na tentativa de restaurar a “legalidade” em toda a região. Em M. Alegre, à frente da resistência estavam o presidente da câmara, Francisco José Nunes, o vigário Antônio Macário Alves da Costa, o juiz municipal Tomaz Ferreira e o juiz de órfãos Vitório de Assunção. E, a 22 de julho de 1836 tinha fim a dominação em Monte Alegre, muito embora os cabanos tenham realizado outras tentativas de retomada do poder. Finalmente, em outubro do mesmo ano, aportou em Santarém uma grande expedição enviada pelo general Soares Andréa, com o objetivo de expulsar definitivamente os cabanos e pacificar a região, contando com o apoio de Monte Alegre, que enviou um contingente para reforçar a tropa. Ao final do movimento cabano, Monte Alegre havia pago um alto preço: além das centenas de vidas ceifadas, de ambos os lados conflitantes, os caçoais, sua principal fonte de riqueza, estavam destruídos ou abandonados.

A partir de 1840, a recuperação da economia do município passou a ser a maior preocupação em Monte Alegre, a qual restabelecia-se gradualmente passando a produzir café, cacau e algodão e implantando novas fazendas de criação de gado na região dos lagos e às margens dos principais rios da região, o Amazonas, o Maicuru e o Gurupatuba. Considerando os aspectos econômico e social, a realidade de Monte Alegre permaneceu praticamente inalterada por quase um século. Contudo, por volta da segunda metade do século XX, o contexto histórico do município foi substancialmente alterado. Com o reflexo dos grandes projetos instalados na Amazônia (apesar de que nenhum deles tenha se fixado especificamente nessa área), o município passou a desenvolver-se, mais intensamente, sob os aspectos econômico, político e social, acarretando no gradual crescimento populacional registrado em Monte Alegre.

Na vila, à época habitada por apenas 4.000 moradores, a câmara concedia terrenos nas partes alta e baixa da cidade, além de incentivar a abertura de novos comércios, visando aumentar a renda local. Uma significativa mudança, na vida do município, começou a ocorrer a partir de 1860, quando, atraída pelas vantagens oferecidas para a exploração dos seringais, a mão-de-obra Montealegrense foi abandonando a lavoura do cacau e a criação do gado, migrando para os vales dos rios Tapajós, Xingu e Madeira. Assim como outros milhares de brasileiros, os ex-agricultores de Monte Alegre também foram seduzidos pela possibilidade de auferir maiores ganhos com a extração da seiva da *Hevea brasiliensis* (seringueira), atividade que influenciou, de maneira definitiva, a história econômica da Amazônia.

Após a proclamação da República, ocorreu uma ampla reorganização da administração pública brasileira, sendo extintas as Câmaras Municipais e criados os Conselhos Municipais. Em



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE-PARÁ
CNPJ: 04.838.496/0001-28

Monte Alegre, a extinção da Câmara ocorreu no dia 3 de fevereiro de 1890 (Decreto nº 27), sendo criado, no mesmo dia, o Conselho de Intendência Municipal (Decreto nº 28), com a imediata nomeação de todos os seus membros. No ano seguinte, foi realizado o primeiro pleito municipal, sob o regime republicano, sendo eleito o Presidente do Conselho (e, conseqüentemente, o Intendente Municipal), Augusto Teodorico Nunes, além dos vogais Pedro Paulo de Macedo, Miguel Maria A. Lopes, João Antônio Dias de Lima e Veríssimo Ferreira de Moraes (CORRÊA, 1976).

Pesquisado & Editado
Por: JLima



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE-PARÁ
CNPJ: 04.838.496/0001-28

CURIOSIDADES

A comarca de Monte Alegre foi criada em 1873, e, em 1880 a sede do município adquiriu categoria de cidade.

Gentílico: Montalegrense ou monte-alegrense

Elevado à condição de vila com a denominação de Monte Alegre, em 27/02/1758.

Elevado à condição de cidade e sede municipal com a denominação de Monte Alegre, pela lei provincial nº 970, de 15/03/1880.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído do distrito sede.

Pelo decreto estadual nº 6, de 04/11/1930, o município de Monte Alegre adquiriu o extinto distrito de Almeirim.

Pelo decreto estadual nº 16, de 24/11/1930, desmembra do município de Monte Alegre o distrito de Almeirim. Elevado novamente à categoria de município.

Pela lei estadual nº 78, de 27/12/1930, o município de Monte Alegre adquiriu o extinto município de Prainha.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 2 distritos: Monte Alegre e Prainha.

Pela lei estadual nº 8, de 31/10/1935, desmembrado de município de Monte Alegre o distrito de Prainha. Elevado à categoria de município.

Em divisões territoriais datadas de 31/12/1936 e 31/12/1937, o município aparece constituído de 2 distritos: Monte Alegre e Maicuru.

Pelo decreto-lei estadual nº 3131, de 31/10/1938, é extinto o distrito de Maicuru, sendo seu território anexado ao distrito sede de Monte Alegre.

Em divisão territorial datada de 1/07/1960, o município do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

Monte Alegre é uma cidade do Estado do Pará. Os habitantes se chamam Montalegrenses.

O município se estende por 18 152,5 km² e contava com 55 462 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 3,1 habitantes por km² no território do município. Monte Alegre se situa a 84 km a Norte-Leste de Santarém. Situado a 59 metros de altitude, de Monte Alegre tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 1° 59' 56" Sul, Longitude: 54° 4' 58" Oeste.

Fonte: IBGE